



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Assunto:** Reunião do Grupo Temático Pró-Estoque

**Data:**  
25/03/2026

**Início:** 14:00 horas

**Fim:** 16:00 horas

**Local:** Virtual

**Relator:** Renata Karla Clarindo Mangueira

**Pauta:**

1 - Reunião do Grupo Temático Pró-Estoques

**DESENVOLVIMENTO:**

A Reunião do Grupo Temático Pró-Estoques foi intermediada pelo Diretor Alex Lira e pelo Coordenador Marco Bailo (Aoceano)

1. **Marco Bailon (Aoceano):** apresentou um panorama sobre a situação da avaliação de estoques pesqueiros no Brasil, destacando que historicamente houve grupos que realizavam essas avaliações, mas que atualmente não há respaldo legal nem mecanismos sistematizados para garantir essas análises. Ele comentou sobre a recente IN 53, que trata do ordenamento e gestão pesqueira, mas não contempla diretamente avaliações de estoques, apenas referencia pareceres, relatórios e dados disponíveis. Bailon também destacou programas existentes, como o Propesca e a Portaria MMA 43/2014, que criaram bases jurídicas e metodológicas para avaliar recursos pesqueiros e espécies ameaçadas, mas que ainda apresentam desafios, como a defasagem de dados, falta de sistematização e dificuldade na gestão quando espécies são classificadas como ameaçadas. Ele trouxe dados específicos: 81 estoques avaliados pelo MPA, sendo pouco mais da metade das espécies alvo da IN 10, e comparou com o PROESPÉCIES, que avaliou 15.588 espécies com ampla base de dados. A apresentação serviu como provocação para discussão de caminhos e estratégias, abrindo espaço para que os membros do grupo, como Conpe, Abla, Pesca BR e Oceana, compartilhassem visões e sugestões sobre como enfrentar esses desafios e avançar no trabalho do GT.

2. **Felipe Weber (Abla):** trouxe a perspectiva do setor de peixes ornamentais, destacando que muitas espécies entram e saem da lista de ameaçadas de extinção, mas a maior parte dessas espécies afetadas são continentais e se encontram em regiões impactadas por empreendimentos hidrelétricos. Ele mencionou sua participação no painel de reavaliação do estado de conservação das espécies ornamentais junto ao ICMBio, quando nove espécies alvo da pesca ornamental foram consideradas impactadas pela Portaria 445. O senhor Felipe destacou que, ao analisar as fichas de avaliação preenchidas pelos pesquisadores, percebeu que a principal causa da ameaça não era a pesca em si, mas sim os impactos de empreendimentos hidrelétricos licenciados pelo Ibama, que, em teoria, não deveriam permitir projetos que afetassem essas espécies, ou seja, o foco do problema está mais ligado a impactos ambientais e de licenciamento do que à própria atividade pesqueira ornamental. O Conselheiro Felipe complementou sua análise destacando dois pontos principais sobre as espécies ornamentais: Primeiro, ele mencionou que o mapeamento do Ministério de Minas e Energia considerou cenários catastróficos de empreendimentos hidrelétricos, como no Rio Xingu, onde foram projetadas sete hidrelétricas, embora apenas uma tenha sido construída. Os pesquisadores usaram essas projeções para avaliar o risco das espécies, mas concluíram que nenhuma delas precisava ter a pesca proibida, pois a ameaça vinha dos empreendimentos hidrelétricos e não da atividade pesqueira. Assim, mesmo espécies ameaçadas puderam ser incluídas em planos de manejo do MMA, permitindo seu uso ornamental. Segundo, Felipe destacou que essas informações estão sempre sendo reavaliadas e que há um problema de acesso e atualização de dados. Apesar do CPG ornamental recomendar estudos de monitoramento e do Ibama receber esses dados repetidas vezes, eles muitas vezes não chegam aos pesquisadores que poderiam reavaliar as espécies de

forma adequada. Ele enfatizou que, para espécies continentais e ornamentais, a principal causa de ameaça continua sendo os impactos de empreendimentos hidrelétricos, e que é fundamental buscar essas informações nos estudos de condicionantes ambientais para entender corretamente os riscos.

3. **Alex Lira (Diretor/SERMOP):** trouxe a questão da dinâmica da reunião, propondo alinhar como os comentários seriam feitos: se cada participante falaria livremente após outro membro se manifestar ou se haveria algum outro formato para organizar as intervenções. Ele estava buscando definir uma forma clara de conduzir a participação e evitar sobreposição de falas.

4. **Marco Bailon (Oceano):** respondeu que a dinâmica seria “todo mundo fala”, mantendo a participação aberta. Ele também perguntou a Alex sobre como está sendo feita a gravação da reunião, mencionando que normalmente, após cada encontro, eles recebem um registro quase que instantâneo.

5. **Alex Lira (Diretor/SERMOP):** confirmou que estava tudo certo e então chamou Cadu para falar, que respondeu de forma afirmativa.

6. **Marco Bailon (Oceano):** explicou que cada reunião gera uma ata oficial elaborada pela secretaria, o que permite consolidar todas as participações e facilita a consulta detalhada posteriormente.

7. **Alex Lira (Diretor/SERMOP):** que, além da transcrição completa da reunião, a equipe vai elaborar uma “atazinha” ou memória resumida. Essa síntese terá 1 a 2 páginas, destacando os principais comentários e pontos de cada participante, filtrando informações que não são essenciais ao objetivo da fala. A ideia é enviar isso poucos dias após a reunião, permitindo que todos acompanhem de forma mais clara e organizada.

8. **Cadu Villaça (Conepe):** destacou a limitação atual da gestão pesqueira: embora haja métodos de avaliação de estoques reconhecidos cientificamente, a falta de um instrumento legal formal impede que essas informações sejam efetivamente usadas. Ele explicou que, sem esse instrumento, informações críticas são perdidas e o manejo fica mais restrito. Como solução prática imediata, Cadu sugeriu criar um instrumento infralegal (uma norma abaixo da lei formal) que estabeleça como a avaliação de estoques deve ser realizada, já que a Portaria 53 não o fez. Esse instrumento não daria segurança jurídica completa, mas permitiria começar a operacionalizar o processo sem depender de uma reforma legislativa, que poderia demorar anos.

9. **Alex Lira (Diretor/SERMOP):** agradeceu a fala de Cadu e Bailon e, percebendo que não havia mais mãos levantadas, chamou Martin para se manifestar em seguida.

10. **Martin Dias (Oceana Brasil):** trouxe as expectativas iniciais do grupo Oceano, destacando a ausência de institucionalização e de procedimentos claros para monitoramento e avaliação dos estoques pesqueiros. Ele explicou que a falta de formalização, de bases de dados consolidadas e de procedimentos consistentes gera um vácuo jurídico, institucional e operacional, dificultando a gestão eficiente. Ele citou exemplos práticos, como a avaliação da corvina, mostrando que as análises existentes não possuem fundamentação jurídica e que o processo atual é intermitente e muito vinculado a projetos específicos, em vez de ser um programa contínuo. Martin enfatizou a necessidade de criar uma base de procedimentos regulares e classificações alternativas para definir a situação dos estoques pesqueiros, de modo a evitar conflitos entre políticas de conservação e políticas de ordenamento pesqueiro. Reforçou a importância de estabelecer uma base sólida para decisões sobre espécies como corvina, tainha e sardinha, criando um programa que formalize a avaliação de estoques como instrumento de ordenamento pesqueiro no Brasil, reduzindo a insegurança e permitindo uma gestão mais eficaz. Reforçou a importância de estabelecer uma base sólida para decisões sobre espécies como corvina, tainha e sardinha, criando um programa que formalize a avaliação de estoques como instrumento de ordenamento pesqueiro no Brasil, reduzindo a insegurança e permitindo uma gestão mais eficaz.

11. **Alex Lira (Diretor/SERMOP):** reconheceu o comentário de Martin Dias, concordando com suas colocações, e agradeceu pela contribuição. Em seguida, passou a palavra para Marcelo, que estava com a mão levantada, mas informou que ainda não estava sendo ouvido, provavelmente por problemas no microfone. Enquanto Marcelo tenta se restabelecer, Alex direcionou a palavra à Pesca BR para que pudesse se manifestar.

12. **Fernando das Neves (Conttmf):** ressaltou que, desde o tempo do Fábio, já alertava sobre a falta de implementação da extensão pesqueira no Brasil. Explicou que apenas foram criados mapas de bordo, essenciais para levantar dados da CPOS, mas que os pescadores não foram devidamente

orientados para preenchê-los corretamente. Ele destacou que exigir avaliações de estoque sem uma base sólida seria desastroso, defendendo que é necessário iniciar um trabalho de orientação aos pescadores. É importante que eles registrem não apenas as espécies-alvo, mas também as formas acompanhantes, pois muitas avaliações futuras podem ser prejudicadas por registros incompletos ou incorretos. O Conselheiro enfatizou que o correto preenchimento dos mapas de bordo, aliado ao controle via notas fiscais, ajuda a equilibrar estimativas e garante dados mais confiáveis. Finalizou afirmando que a educação e orientação dos pescadores são essenciais para que, no futuro, seja possível realizar avaliações de estoque de qualidade.

13. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a contribuição de Fernando e reforçou que concorda com os pontos levantados, especialmente sobre a importância da capacitação dos pescadores. Em seguida, solicitou a palavra para fazer um comentário próprio, pedindo desculpas antecipadamente pelo eventual caráter aditivo da intervenção. Explicou que, com base nas falas anteriores, há duas problemáticas principais: a falta de dados robustos e a ausência de periodicidade e previsibilidade nas avaliações de estoques. Ele destacou que, como Felipe mencionou, o ambiente continental carece de informações, e como Fernando trouxe, o mapa de bordo será uma das fontes de dados, mas não a única. O Conselheiro Alex reforçou que a geração e o gerenciamento de dados são fundamentais: sem dados consistentes e séries contínuas, as avaliações acabam sendo baseadas em risco de extinção, muitas vezes mantendo espécies na lista mesmo sem informações atualizadas. Ele citou exemplos internacionais, como o trabalho da ICAT, onde programas regionais ainda são incipientes e não conseguem fornecer dados suficientes para avaliações precisas. E, enfatizou que, para que o Pro Stocks funcione, é necessário estruturar a base de dados de forma sólida, incorporando programas de observadores e coleta científica. Ele então passou a palavra para Roberto, que tinha a mão levantada.

14. **Roberto Wahrlich (Oceano):** ressaltou a complexidade do sistema de monitoramento e gestão, destacando que as ações legais e a melhoria da base de dados devem caminhar em paralelo. Ele enfatizou que o grupo está discutindo principalmente o arcabouço legal para as avaliações de estoque, mas que sempre surgirão questões sobre a qualidade e disponibilidade dos dados, os métodos de avaliação e quem os realiza. O Conselheiro Roberto sugeriu que o foco inicial seja a definição da estrutura normativa e o peso das avaliações para a tomada de decisão na gestão pesqueira, para não se perder tempo com detalhes operacionais neste momento. Ele concluiu reforçando a importância de concluir o trabalho rapidamente, mantendo o objetivo de avançar com a regulamentação.

15. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** PescaBR voltou a falar, e a vez agora é da Taísa, segundo a sequência indicada por Alex.

16. **Thaiza (Pesca BR):** ressaltou que, na discussão sobre o artigo 6º da portaria do Pro Gestão Compartilhada, é essencial considerar os melhores dados disponíveis. Ela reforçou que, sem dados de qualidade, as avaliações de estoque acabam sendo imprecisas e pouco úteis para a gestão pesqueira e dos recursos, complementando o ponto levantado por Roberto.

17. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a contribuição de Taísa e passou a palavra para Marti, reforçando que, por proximidade entre os participantes, vai chamá-los pelos nomes próprios para facilitar a comunicação.

18. **Martin Dias (Oceana Brasil):** reforçou o alinhamento com os demais participantes e trouxe uma reflexão central: mesmo uma avaliação de estoque com dados limitados é mais útil para a gestão pesqueira do que uma avaliação da IUCN. Ele destacou que dados ruins podem gerar incertezas, mas ainda permitem tratar espécies como recursos pesqueiros, enquanto classificações de ameaça isoladas não orientam cotas ou manejo. Além disso, reforçou a importância de formalizar avaliações de estoque, criando uma estrutura administrativa e jurídica para que elas possam ser efetivamente utilizadas na gestão.

19. **Marcelo Apel (CPP):** trouxe contribuições importantes sobre pesca continental e hidrelétricas, destacando que está participando da reunião mesmo se recuperando de uma cirurgia. Ele compartilhou sua experiência na Amazônia, acompanhando os impactos de hidrelétricas sobre diversas espécies, não apenas ornamentais, e também sobre hidrovias. Ressaltou as dificuldades de acesso a estudos sobre restrições de pesca, como no caso do Surubim no São Francisco, mostrando que a coleta de dados ainda é limitada e fragmentada. Marcelo enfatizou a necessidade de continuidade nos programas de monitoramento e avaliação de estoques, evitando iniciativas que começam e não se consolidam, e

apontou a importância de incluir o conhecimento ecológico local e tradicional, complementando dados acadêmicos. Ele citou exemplos bem-sucedidos, como o manejo do pirarucu no Acre, em que a coleta de dados foi integrada ao manejo, fortalecendo a gestão do estoque. Destacou a necessidade de articulações interinstitucionais e alianças estratégicas para melhorar a coleta, análise e uso de dados em programas como o Pró-Estoque, especialmente em regiões complexas como a Amazônia.

20. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a participação do Marcelo e comentou que, pelo que percebe, não há mais ninguém com a mão levantada para se manifestar sobre a provocação de Bailon, devolvendo a palavra a ele.

21. **Marco Bailon (Aoceano):** iniciou agradecendo e destacando a importância do espaço de discussão, comparando o progresso com uma locomotiva com vários vagões em movimento, ressaltou a relevância da participação de Marcelo e Felipe, especialmente por trazerem experiências da pesca artesanal e ornamental, e da Amazônia, com suas distâncias e desafios, apontando a necessidade de discutir metodologias específicas para esses contextos. Ele comentou que é preciso ter uma visão macro para o programa de estoques e, a partir disso, criar programas que atendam demandas específicas, citou o trabalho de Cadu como instrumento infra-legal e elogiou a apresentação de Alex no Conap sobre estatística pesqueira, destacando a importância da obtenção de dados e de uma ferramenta mais perene que uma simples portaria. Bailon também ressaltou o ponto levantado por Roberto de focar no Pró-Estoque e construir um trabalho consistente, destacando que a minuta da portaria já em elaboração contém elementos importantes, como instituir o Programa Nacional de Acompanhamento do Estado de Exploração dos Estoques Pesqueiros, definir e avaliar os estoques, atualizar o estado de exploração, e coordenar o programa pela Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura. Ele explicou as definições de estoque pesqueiro, objetivos do Pró-Estoque, incluindo divulgar periodicamente o estado de exploração e subsidiar a gestão sustentável, mencionou a comissão de acompanhamento prevista e a avaliação periódica dos estoques, e comentou sobre as categorias de exploração: espécies sobreexploradas, exploradas e subexploradas, reconhecendo que alguns termos ainda precisam ser esclarecidos. E, o senhor Bailon reforçou que a minuta é um ponto de partida, que há muito trabalho pela frente para definir instrumentos jurídicos perenes e seguros que possam fortalecer a gestão pesqueira e a gestão compartilhada, abrindo espaço para comentários do grupo e passando a palavra para Alex.

22. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** iniciou esclarecendo que não havia levantado a mão, mas aproveitou para complementar o ponto de Bailon sobre a nova classificação do estado de exploração, sinalizando que iria trazer informações adicionais sobre o tema, e que outros colegas poderiam também contribuir com comentários sobre essa classificação. explicou que a nova classificação do estado de exploração foi trabalhada no âmbito do projeto Demersage, coordenado por Angel, envolvendo os principais avaliadores de estoque. A proposta amplia as categorias de apenas sobreexplorado e subexplorado para três, considerando dados de mortalidade por pesca e biomassa, conforme análises do Kobiplot. Ele mencionou que a minuta atual, inicialmente trazida pelo ex-secretário Luiz Gustavo, serve como base, mas que o grupo terá papel essencial em expandir e aperfeiçoar o Pró-Estoque. O Diretor Alex reforçou que a minuta deve evoluir para um ato mais amplo, um “guarda-chuva”, integrando elementos como comitê, previsibilidade orçamentária e coordenação de dados, de forma que o Pró-Estoque se torne norteador tanto da avaliação de estoques quanto da organização e geração de informações pesqueiras. Por fim, ele mencionou que apresentaria uma figura explicativa para ilustrar melhor o conceito.

23. **Marco Bailon (Aoceano):** comentou que concorda com a fala de Alex e reforçou que o caminho é esse. Ele parabenizou Alex pela visão e destacou que o instrumento precisa ser realmente abrangente e sólido, ou seja, um ato super legal como o grupo vem discutindo. Complementou dizendo que é preciso fortalecer e ressuscitar com seriedade a gestão pesqueira baseada na ciência pesqueira. Ele destacou que a oportunidade atual é justamente para consolidar esse objetivo, especialmente em relação à estatística pesqueira e aos dados básicos necessários para avaliação de estoques. Ele reforçou que esse deve ser o objetivo principal, concordou com a fala de Alex e incentivou o grupo a trabalhar para criar um instrumento robusto, incluindo governança e orçamento, considerando as limitações da realidade nacional.

24. **Felipe Weber (Abla):** destacou que Alex e Bailon já haviam complementado bem a discussão, e sugeriu que o ponto de partida para a próxima reunião do GT poderia ser uma apresentação

da CMOOP sobre a avaliação de impacto regulatório e os instrumentos previstos no programa, como decretos, normativas e portarias, e como esses atos se subordinam às avaliações. Ele reforçou a importância de entender como o programa se conecta com a política de avaliação do estado de conservação das espécies e sugeriu que o grupo delineie os instrumentos necessários, incluindo possíveis mudanças legais ou a necessidade apenas de decretos, para que seja possível avaliar os atos.

25. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a fala do Felipe, mencionou que tomou nota dos pontos levantados e disse que trará comentários posteriormente, em seguida passou a palavra para Cadu.

26. **Cadu Villaça (Conepe):** iniciou sua fala pedindo atenção ao grupo, destacando que o representante do MMA estava presente na reunião.

27. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** a confirmou ter visto a presença do representante e comentou que não estava mais visualizando Adrian na reunião, pedindo desculpas pela confusão.

28. **Cadu Villaça (Conepe):** comentou que, para o ato oficial ser publicado dentro do arcabouço atual, ele precisaria ser interministerial, ou seja, envolver mais de um ministério. Destacou que a participação e o engajamento do MMA são fundamentais para que o ato seja constituído dentro do arranjo atual, ressaltando que, do ponto de vista administrativo federal, os pontos já foram bem abordados por Bailon e Alex, não sendo necessário prolongar a discussão.

29. **Martin Dias (Oceana Brasil):** destacou que, neste momento, o foco deve ser o conteúdo do programa, não o formato legal, e que o trabalho sobre o miolo e as avaliações de estoque vai naturalmente guiar decisões sobre se deve ser portaria, decreto ou outro ato. Ele ressaltou a importância de ter base jurídica, protocolos e procedimentos claros para utilizar as avaliações de estoque de forma consistente e evitar múltiplas avaliações conflitantes. Para ele, , o exemplo do pró-espécies mostra que portarias bem estruturadas podem ser eficazes, e a minuta atual da sermop é um bom ponto de partida. Martin enfatizou a necessidade de incluir instrumentos fundamentais, destacando a criação de uma lista oficial de estoques pesqueiros brasileiros reconhecidos pelo governo, mesmo que não haja avaliação completa, e de definir instrumentos de gestão como planos de ordenamento pesqueiro. Ele sugeriu que o GT trabalhe sobre essa minuta, complementando e ajustando conceitos como segurança biológica, para construir uma política sólida e estruturante.

30. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** comentou que a minuta atual do prostox foi pensada para um escopo menor, mas precisará ser ampliada para o que o programa se tornará. Ele explicou que a minuta prevê uma comissão que se reuniria bianualmente para definir e atualizar a lista de estoques pesqueiros e seus estados de exploração, mas que isso precisa ser mais detalhado como instrumento do programa. O Diretor destacou que muitas avaliações de estoque são realizadas diariamente por grupos de pesquisa, mas muitas vezes não se tornam oficiais, ficando apenas em artigos, teses ou dissertações. O programa terá que definir critérios claros sobre o que será considerado avaliação oficial, incluindo estudos robustos de pesquisadores externos. Ele também sugeriu, em consonância com o que Felipe trouxe, avaliar na próxima reunião a análise de impacto regulatório, considerando que o ato final será supra, envolvendo outros instrumentos de monitoramento e estatística pesqueira. Por fim, propôs que o grupo pense em chamar alguns cientistas avaliadores de estoque para discutir a aplicação prática da classificação e a regionalização dos dados, especialmente para espécies da Amazônia, garantindo que o ato reflita diferentes níveis de dados e avaliações científicas.

31. **Marco Bailon (Aoceano):** disse que vai apenas complementar o que Alex falou e que o próximo slide é a parte principal, a cereja do bolo.

32. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** disse que não viu a apresentação, que acompanhou a linha de pensamento geral e devolveu a palavra para Martin para ele continuar.

33. **Martin Dias (Oceana Brasil):** concordou com Alex e comentou que vai retomar a ideia do Marcelo da CPP, destacando que além de ouvir os especialistas presentes, também é importante considerar outros métodos que eles talvez não conheçam. Explicou que, além de ouvir especialistas, é importante considerar métodos de avaliação de estoques menos conhecidos, mas eficazes. Ele citou o exemplo do manejo do pirarucu, em que ribeirinhos dividem lagoas em setores e contam os peixes, estabelecendo cotas baseadas nessas contagens — um método direto, quase como um censo, que não depende de estimativas complexas. Ressaltou que, embora esse tipo de método não se aplique a todas as

espécies (como atum), o programa não deve excluir abordagens tradicionais ou alternativas, incluindo cruzeiros de avaliação, medições de densidade e outras formas diretas de estimar biomassa. Martin sugeriu que incluir especialistas que conheçam essas técnicas genuinamente brasileiras seria valioso para enriquecer o programa de avaliação de estoques.

34. **Ivan Oliveira (Abla):** trouxe um ponto prático sobre os peixes ornamentais, destacando a dificuldade de definir uma lista de espécies: no caso, são cerca de 1.500 a 2.000 espécies, o que torna a seleção complexa. Ele citou como exemplo a raia de água doce, cuja ficha de avaliação foi considerada superficial: a proposta de inclusão na lista se baseou em projeções de 30 anos de queda populacional, mesmo em rios sem pesca ativa desde 2021. Sugeriu que a minuta do programa poderia contemplar algum tipo de limite ou critério adicional, considerando também o conhecimento empírico dos pescadores, que muitas vezes percebem tendências diferentes das estimativas técnicas. Ele destacou que, no caso das arraias do Rio Xingu, o regime de alagamento teria aumentado a população local, contrariando a previsão de declínio. A ideia é equilibrar dados técnicos com informações de campo, evitando decisões de proibição baseadas em dados incompletos ou projeções isoladas.

35. **Felipe Weber (Abla):** complementou a fala do Ivan, esclarecendo que, no caso da raia do Rio Xingu, os dados de monitoramento do Ibama não foram fornecidos aos pesquisadores, apesar de terem sido solicitados diversas vezes. Por isso, a avaliação da espécie desconsiderou uma série histórica de 10 anos, o que limita a confiabilidade da inclusão na lista.

36. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu ao Ivan e ao Felipe e comentou sobre a dificuldade de acesso a dados de empreendimentos, especialmente hidrelétricas, ressaltando que, assim como ocorreu com o ambiente costeiro-marinho, ainda não se conseguiu acesso completo às informações disponíveis no Ibama para o ambiente continental. Ele reforçou que estão trabalhando para resolver essa questão e, em seguida, passou a palavra ao Marcelo.

37. **Marcelo Apel (CPP):** sugeriu alguns especialistas que poderiam contribuir para o GT, destacando o Castelo, que sistematizou o método de levantamento do pirarucu e atualmente desenvolve um novo método baseado na memória dos pescadores, publicado recentemente. Ele também mencionou Mauro Rufino, que coordena a pesca de espécies transfronteiriças na Amazônia no âmbito do tratado amazônico. Ressaltou a importância de considerar dados de diferentes empreendimentos, como hidrelétricas, mineração e petróleo, e alertou para a necessidade de verificar a confiabilidade de informações fornecidas por consultorias. Ele sugeriu que o pró-estoques faça um inventário abrangente de quem está levantando dados de estoque, incluindo estudos não financiados pelo MPA, garantindo que todas as informações relevantes sejam incorporadas no programa, independentemente de se tratar de minuta, portaria ou decreto.

38. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** destacou que o grupo precisará trabalhar não apenas no ato principal (“ato supra”), mas também em atos complementares ou infra, que são necessários para a operacionalização do programa. Ele enfatizou que esses atos complementares devem ser previstos em algum momento, mas o foco inicial é estruturar o programa como um todo. No caso de um decreto, Alex comentou que é importante manter o texto direto e resumido, servindo como um “guarda-chuva” para os elementos e critérios do programa, evitando documentos extensos ou complexos. Por fim, ele passou a palavra para Bailon.

39. **Marco Bailon (Aoceano):** enfatizou que o foco do grupo deve ser construir um instrumento que inclua a ferramenta de avaliação de estoques de forma abrangente para todo o território nacional, contemplando tanto a área litorânea quanto a continental, incluindo espécies transfronteiriças. Ele sugeriu que, embora o relatório possa apresentar visões e caminhos a serem considerados, a formatação do instrumento regulatório ainda não está definida (não se sabe se será portaria ou decreto). Ele destacou a importância de fundamentar o instrumento nos princípios básicos: funcionamento, governança, alocação de recursos e a possibilidade de núcleos estaduais ou regionais, considerando a dimensão territorial. Bailon também comparou com a portaria 43 do Ministério do Meio Ambiente, que, apesar de ser um ato infra, funciona bem devido à estrutura e capilaridade do ministério, universidades e autarquias, mostrando que, no caso do MPA, pode ser necessário pensar em um documento mais robusto. Por fim, ele indicou a necessidade de avançar para o próximo ponto da reunião. Sugeriu que, diante da importância de consultar especialistas e aprofundar a discussão sobre o ProStocks, o grupo considere a realização de uma oficina dedicada do GT. Ele explicou que a oficina teria dois dias de trabalho em formato híbrido, permitindo imersão no tema, debates sobre abordagens e

estruturação do produto e exploração de outros assuntos relevantes surgidos na reunião. A proposta da oficina veio da Oceana e a palavra foi passada para o Martin para detalhar e deliberar sobre a iniciativa.

40. **Martin Dias (Oceana Brasil):** explicou que, de fato, o MPA já havia participado de uma reunião institucional no início do ano e elogiou a iniciativa do ProStocks, considerando-a muito importante. Ele se colocou à disposição para integrar o grupo, ampliar o impacto da iniciativa e alocar recursos quando possível. O senhor Martin destacou que, devido à complexidade do tema, é difícil avançar em reuniões curtas de 2 horas, e sugeriu uma imersão presencial, reunindo todos os envolvidos para debates, escuta de especialistas e troca de experiências. Ele propôs realizar a oficina em um local estratégico como Itajaí, próximo a aeroporto e universidades, e se colocou à disposição para facilitar a logística e participação dos especialistas e representantes da pesca artesanal, garantindo que aqueles que não puderem comparecer presencialmente também possam participar. Complementou que a participação também poderia ocorrer de forma virtual, no formato híbrido, garantindo que todos possam contribuir, mesmo aqueles que não conseguirem se deslocar presencialmente.

41. **Marco Bailon (Aoceano):** colocou para o grupo se manifestar sobre a proposta da Oceana e o oferecimento de apoio, sugerindo que, caso a proposta avance, poderiam definir uma data provável. Em seguida, propôs discutir os próximos passos, se partiriam para uma reunião presencial ou se marcariam uma nova reunião online para dar continuidade ao trabalho baseado nas discussões realizadas hoje, abrindo a palavra para o grupo.

42. **Cadu Villaça (Conepe):** se manifestou favoravelmente à proposta presencial, destacando que é mais produtiva e que vale a pena organizar um local que facilite a presença de todos. Ele também comentou sobre a necessidade de ajustar a data, sugerindo que abril pode estar muito cheio, e reforçou a importância de alinhar o planejamento do GT para garantir a entrega do produto final dentro dos prazos estipulados.

43. **Felipe Weber (Abla):** sugeriu que, considerando a disponibilidade de datas, sejam realizadas mais duas reuniões online híbridas em abril e, em maio, seja marcada uma reunião presencial.

44. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a sugestão de Felipe e, em seguida, informou a Bailon que não havia mais participantes com a mão levantada para se manifestar.

45. **Gilberto Sales (MMA):** sugeriu ampliar a lista de especialistas convidados, incluindo não apenas avaliadores de estoque, mas também profissionais da área de biodiversidade para aproximar visões diferentes sobre avaliação de populações e espécies. Ele ainda comentou que, caso a reunião presencial seja em Itajaí, há possibilidade de negociar o espaço com o CEP Sul para acolher o encontro. Complementou dizendo que o espaço do CEP Sul é historicamente vinculado ao tema desde a Sudep e que pode haver interesse em receber o encontro, além de participar. Ele destacou que a decisão final sobre o local ficará a cargo da Oceana, que buscará alternativas, e reforçou o entusiasmo com a estratégia para que se consiga consolidar resultados duradouros para o governo.

46. **Marco Bailon (Aoceano):** agradeceu as sugestões de Gil e explicou que a ideia inicial era acelerar o processo, considerando a proposta do Martin. Ele comentou que haviam pensado nos dias 8 e 9, mas que alguns avaliadores convidados já têm compromissos na segunda quinzena de abril. Ressaltou que a primeira fase do GT pró-estoques vai até 10 de maio, então o tempo é curto para preparar tudo. Bailon destacou que a realização da reunião presencial depende da disponibilidade de datas, locais e convidados, e que esses pontos podem ser amadurecidos ao longo do tempo. Por fim, reforçou que o foco inicial deve ser entender a avaliação de estoques e o caminho a ser seguido, garantindo prioridade à discussão sobre avaliação como tema central da reunião.

47. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** reforçou o apoio do MPA à realização da reunião híbrida, presencial e virtual, destacando a importância de escolher um local que permita a participação online de quem não puder comparecer presencialmente. Ele comentou sobre as limitações de agenda em maio, mencionando compromissos com a ICAT, mas assegurou que dará prioridade máxima ao ProStoX, considerada uma demanda urgente do Ministério. Reiterou que o MPA é totalmente favorável à agenda presencial e passou a palavra para Martin.

48. **Martin Dias (Oceana Brasil):** concordou que todos parecem favoráveis a realizar o encontro presencial, ressaltando que a decisão principal era conceitual. Ele explicou que a definição das datas é mais operacional e que a sugestão de antecipar a reunião se deu em função do prazo final do GT

Pró-estoque, que é 12 de maio, destacando que isso facilita o cumprimento de etapas subsequentes, como renovação ou aditamento da portaria. Ele também mencionou que muitos especialistas estão envolvidos em outras agendas, como as da ICAT, o que justifica a recomendação de antecipar o encontro.

49. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** reforçou que o GT tem duração inicial de 3 meses, prorrogável por mais 3, chegando ao início de maio, como mencionado pelo Bailon. Ele explicou que houve atraso no início das atividades devido à publicação da portaria em 12 de fevereiro, e que a prorrogação do prazo do GT já está prevista para garantir a finalização dos trabalhos. O objetivo é entregar o produto final antes do limite máximo de 6 meses, mas é provável que a equipe comece a planejar internamente a prorrogação para acomodar agendas e discussões. Não havendo mais manifestações, ele passou a palavra ao Bailon.

50. **Marco Bailon (Aoceano):** sugeriu que, dado o feriado na próxima semana e a quantidade de assuntos ainda a serem discutidos, já se considere a prorrogação do GT por mais 90 dias. Quanto à definição da data para a reunião presencial, ele indicou que não seria fechada hoje, mas propôs que se trabalhe a possibilidade para a primeira semana de maio de forma online, com uma proposta a ser definida em conjunto virtualmente.

51. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** sugeriu usar o **Doodle** para facilitar a definição da data da reunião presencial em maio. Ele se propôs a criar a ferramenta, incluir todas as datas possíveis da primeira ou segunda quinzena, enviar aos membros do GT para que indiquem disponibilidade e, assim, obter um consenso sobre a data que funcione para a maioria. Também mencionou que vai alinhar com o Mateus e a secretaria do Conap para formalizar o envio pelo canal oficial.

52. **Marco Bailon (Aoceano):** reforçou que a forma participativa e democrática de definir a data é oportuna e bem-vinda, destacando que, mesmo sabendo que nem todos poderão estar presentes, o objetivo é contemplar a maior parte dos membros, sempre considerando os prazos e o volume de trabalho necessários para concluir o GT dentro do período estipulado. Ele então abriu espaço para encaminhamentos sobre a próxima reunião e questionou se alguém tinha outras sugestões a apresentar.

53. **Martin Dias (Oceana Brasil):** levantou a questão sobre o período entre a reunião atual e a oficina de imersão, que será de pouco mais de um mês. Ele questionou o grupo se há alguma ação ou atividade que possa ser realizada nesse intervalo para avançar nos trabalhos, destacando que a reunião de hoje já foi importante para introduzir o plano de trabalho, mas buscando sugestões para aproveitar os próximos 30 a 40 dias.

54. **Marco Bailon (Aoceano):** sugeriu que, em resposta à pergunta do Martin, o grupo pode aproveitar o intervalo até a reunião presencial para organizar melhor os próximos passos. Ele propôs que a partir da ata desta reunião seja possível levantar os pontos discutidos, enriquecer o conteúdo e traçar novas reuniões, alinhando os objetivos da oficina presencial e garantindo que o grupo siga na direção certa.

55. **Cadu Villaça (Conepe):** sugeriu que a reunião presencial seja marcada para o início de maio, agradeceu ao Gil pela proposta e indicou a possibilidade de realizá-la em uma universidade, como a Univale, por ser um ambiente mais neutro e acessível. Ele destacou que o ideal é criar um espaço de reunião livre, sem forte simbolismo ou timbre governamental, favorecendo a participação de especialistas de forma mais aberta e descontraída.

56. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** reforçou que a oficina é do GT do conselho, com participação de todos os membros, e não uma reunião do governo. Ele reconheceu a sugestão do Gil, mas destacou que o MPA já mantém uma colaboração com a Univale, que possui histórico e capacidade para sediar a oficina, caso haja disponibilidade. Em seguida, passou a palavra para o Gil.

57. **Gilberto Sales (MMA):** reforçou que, embora tenha sugerido inicialmente o espaço do Sul, concorda que a oficina deve ser realizada em local neutro, sem logomarcas do governo, para preservar o caráter técnico-científico. Ele propôs que, antes da reunião presencial, seja organizada uma lista de especialistas, incluindo novos avaliadores, para garantir diversidade e atualização no grupo. Além disso, sugeriu que o objetivo da oficina seja definido de forma clara, para que o tempo de dois dias seja usado eficientemente, gerando subsídios concretos para o grupo e para a política a ser elaborada.

58. **Marco Bailon (Aoceano):** explicou que a oficina presencial tem um caráter mais estratégico e de planejamento do GT, não sendo necessariamente uma reunião técnico-científica

detalhada. O objetivo é discutir caminhos, levantar ideias, ouvir especialistas sobre experiências e práticas internacionais de avaliação de estoques, e realizar um brainstorm para estruturar o programa. A profundidade técnica ficaria para fases posteriores, quando se definirem os documentos e se envolverem grupos de especialistas específicos. Ele ressaltou que muitas decisões ainda estão em aberto e que a próxima reunião será fundamental para amadurecer essas ideias.

59. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu a Bailon e a Gil, e aproveitou o gancho do ponto sobre a próxima reunião para passar a palavra a Marcelo.

60. **Marcelo Apel (CPP):** expressou apoio à realização da oficina, destacando sua importância para ampliar a discussão e compreender melhor os temas abordados. Ele comentou que está em um processo de transição no CPP e que, devido a compromissos e recuperação pessoal, não poderá viajar antes de junho, mas se coloca à disposição para participar online. Ressaltou a necessidade de continuidade do grupo para garantir a implementação prática das propostas, incluindo aspectos de orçamento e governança, lembrando experiências anteriores em que medidas legais ficaram sem regulamentação. Concluiu que a discussão tende a render mais frutos à medida que o processo avance.

61. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu ao Marcelo pela contribuição informou que organizou algumas anotações sobre encaminhamentos e deliberações da primeira reunião para ajudar o grupo e perguntou ao Bailon sobre o período sugerido para a próxima reunião buscando confirmar a data ou janela de tempo mencionada.

62. **Marco Bailon (Oceano):** informou que na primeira reunião ficou estabelecido que os encontros seriam às quartas-feiras, das 14h às 16h, mas ressaltou que a próxima reunião não deve ocorrer na quarta-feira imediatamente seguinte, sugerindo que seja realizada daqui a duas semanas para permitir tempo suficiente para análise do material disponível. Alex Souza Lira apenas confirmou e indicou que a data ficaria condicionada. e como sugestão, o senhor Bailon sugeriu avaliar o material e o conteúdo da reunião antes de definir a próxima data, deixando em aberto 8 ou 15 de abril, considerando o feriado próximo e o tempo necessário para produção. A decisão final sobre a data será tomada ao longo do tempo, conforme a evolução dos trabalhos.

63. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** confirmou os encaminhamentos da reunião ressaltou a necessidade de prorrogação do GT e a realização da reunião presencial propôs que o doodle fique aberto por uma semana para os membros avaliarem e votarem nas datas sugeridas mencionou que o doodle seria fechado em 7 de abril para então iniciar a logística da agenda reforçou que a oficina terá duração de dois dias e que, se o grupo concordar, a linha de votação e definição das datas seguirá conforme sugerido. Destacou que a próxima reunião vai aguardar o relatório a ser encaminhado aos membros ressaltou a necessidade de começar a elaborar a lista inicial de especialistas corroborando a sugestão de Gil comentou sobre a limitação logística, indicando que não será possível incluir todos os nomes e que serão necessários cortes na lista reforçou a importância de contemplar diferentes segmentos e regiões do Brasil mencionados por Gil, Marcelo e Marte, incluindo biodiversidade, ambientes continentais e metodologias de avaliação de estoques sugeriu que uma lista inicial de especialistas seja preparada até a próxima reunião para apresentação e validação pelo coordenador e pelo grupo.

64. **Martin Dias (Oceana Brasil):** concorda que trazer 15 a 20 especialistas não é viável por questões financeiras e operacionais e pode ser contraproducente. Ele resalta que primeiro é preciso definir claramente o objetivo, ou seja, o que se quer ouvir e que tipo de contribuição se espera. Ele menciona, como exemplo, a necessidade de entender o fluxo de aprovação desde o início de um estudo de avaliação de estoques. Destacou a importância de definir claramente os objetivos antes de envolver especialistas, identificando o que se deseja aprender e quais contribuições cada um pode trazer, considerando fluxos de avaliação de estoques, critérios internacionais e experiências de instituições como a ICAT. Ele ressaltou que também há conhecimento interno relevante que pode ser aproveitado. Propôs que, após confirmar a data da próxima reunião, o Bailon apresente uma proposta inicial de agenda da oficina geral, permitindo que o grupo discuta e ajuste o planejamento, defina os especialistas a serem convidados e estabeleça as perguntas orientadoras. O foco é que a próxima reunião, marcada para 8 ou 15 de abril, já conte com uma agenda estruturada para debate e encaminhamentos estratégicos.

65. **Marco Bailon (Oceano):** enfatizou que a reunião presencial pode ser estruturada em painéis para abordar um maior número de temas e auxiliar na formatação do documento do grupo. Ele mencionou a importância de discutir governança, abrangência do documento e aspectos continentais,

aproveitando os dois dias para organizar o conteúdo. Ressaltou ainda a relevância da participação de cientistas, especialmente para trazer procedimentos e experiências de avaliação de estoques de outras situações e planos, servindo de referência para o grupo.

66. **Alex Lira (Direitor/SERMOP):** agradeceu as contribuições de Martin e Bailon, concordando com o caminho proposto. Destacou que a definição da lista de especialistas ficará condicionada à confirmação da data da próxima reunião e que essa lista será elaborada a partir da apresentação da minuta inicial da oficina, incluindo perguntas norteadoras e objetivos. Ele reforçou que todos os encaminhamentos serão formalizados no relatório da reunião e informou que acompanhará de perto o processo, ficando responsável pela relatoria desta reunião. Por fim, abriu espaço para outros pontos, caso houvesse.

67. **Marco Bailon (Aoceano):** agradeceu a condução e a relatoria de Alex, elogiou a pertinência das intervenções e reforçou o comprometimento do grupo em avançar no trabalho, mesmo diante de desafios. Desejou uma boa continuidade de semana a todos e encerrou a reunião.

#### **ENCAMINHAMENTOS:**

- Avaliação da prorrogação do GT dentro do prazo máximo definido na instituição do grupo;
- Consulta aos conselheiros de datas possíveis para a reunião presencial a ser realizada em Itajaí-SC;
- Definição da lista de especialistas ficará condicionada à confirmação da data da próxima reunião e que essa lista será elaborada a partir da apresentação da minuta inicial da oficina;
- Próxima reunião do GT do Pró-Estoque será 08 ou 15 de abril.

#### **PARTICIPANTES:**

Alex Lira - Diretor SERMOP;  
Martin Dias - Oceana Brasil;  
Ivan Oliveira - Abla  
Roberto Wahrlick - Aoceano;  
Cadu Villaça - Conpe;  
Adrian Pereira - MMA  
Laís Belsito - Abipescas;  
Geysa de Souza - Pesca BR;  
Marco Bailon - Aoceano;  
Jeanderson - Faep/BR;  
Fernando das Neves - conttmaf;  
Felipe Weber - Abla;  
Marcelo Apel - CPP; e  
Gilberto Sales - MMA.

#### **EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA DO CONAPE:**

Emily Nataly Ribeiro de Oliveira - Secretária do Conape  
Emanuelle Rodrigues - Secretária do Conape;  
Isabelly Lacerda da Silva - Secretária do Conape  
Matheus Fagundes Costa - Secretária do Conape  
Renata Karla Clarindo Mangueira - Secretária do Conape



Documento assinado eletronicamente por **RENATA KARLA CLARINDO MANGUEIRA, Chefe de Divisão**, em 07/04/2026, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51559735** e o código CRC **02346837**.

---

**Referência:** Processo nº 00350.008836/2025-49

SEI nº 51559735